

Aula 04 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

Autor:
(Pós-Edital)

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

10 de Junho de 2025

FATOS, ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
APOSTA ESTRATÉGICA	26
Questões estratégicas.....	28
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	36
Perguntas: Atos, Fatos e Negócio Jurídico	36
Perguntas com respostas: Atos, Fatos e Negócio Jurídico.....	37
Lista de Questões Estratégicas	42
Gabarito.....	45
Bibliografia.....	45

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**, exclusivamente para o **nível superior**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AACP
Teoria do Fato Jurídico		4,35%
Negócio Jurídico (arts. 104 a 184)	Negócio Jurídico. Classificações. Disposições Gerais (arts. 104 a 114)	8,70%
	Da Representação (arts. 115 a 120)	0,00%



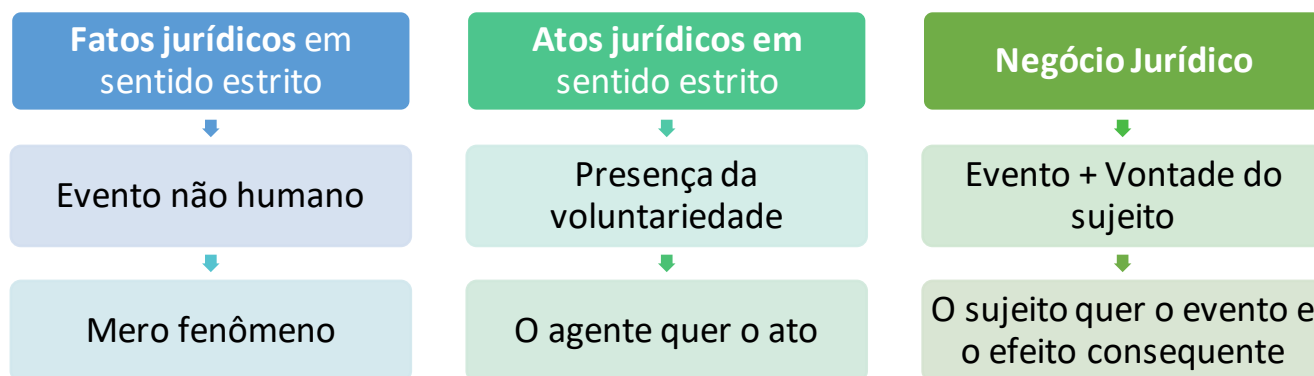
	Da Condição, Termo e Encargo (arts. 121 a 137) - Elementos Acidentais	8,70%
	Defeitos ou Vícios do Negócio Jurídico (arts. 138 a 165)	17,39%
	Invalidade do Negócio Jurídico (arts. 166 a 184)	13,04%
Dos Atos Jurídicos Lícitos e Ilícitos (Art. 185 ao 188)	Atos Jurídicos Lícitos (Art. 185)	0,00%
	Atos Ilícitos (Art. 186 ao 188)	47,83%

ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Vamos avançar nos estudos de Direito Civil!

Hoje vamos abordar três temas muito importantes: **o fato jurídico, o ato jurídico e o negócio jurídico** e abordaremos conceitos que são cruciais para quem está estudando para concursos públicos, e o entendimento claro dessas distinções pode fazer a diferença na resolução de questões.

Em sentido amplo, os fatos jurídicos se dividem em:



Vamos detalhar cada um deles.

FATO JURÍDICO

O **fato jurídico** é um dos conceitos mais amplos dentro do Direito Civil, sendo um evento que, de alguma forma, gera efeitos jurídicos, ou seja, cria, modifica ou extingue relações jurídicas.



Este é o ponto inicial de nossa análise, pois todo o Direito gira em torno de fatos que possuem relevância para o ordenamento jurídico.

Os fatos jurídicos podem ser classificados em **fatos jurídicos naturais e fatos jurídicos humanos**.

1. Fatos Jurídicos Naturais (ou fatos jurídicos em sentido estrito): São aqueles que independem da vontade humana. Esses fatos acontecem de maneira espontânea e, sem que a participação humana tenha influência, como por exemplo: nascimento, morte, a maioridade. Outros exemplos são:

- *Formação de ilhas:* ocorre naturalmente em rios e mares, e a titularidade dessas ilhas depende de onde elas se formam. O Código Civil, no **art. 1.250**, trata da formação de ilhas e de quem será o proprietário delas, fazendo uma distinção entre rios públicos e rios particulares.
- *Aluvião:* é o acréscimo gradual e imperceptível de terra às margens de um rio, resultante do depósito de sedimentos trazidos pela correnteza
- *Avulsão:* é o fenômeno pelo qual uma porção de terra se desprende de uma margem de um rio ou de um lago e se une a outro terreno, de forma súbita e visível. Diferentemente da aluviação, a avulsão é rápida e notória.
- *Abandono de álveo:* ocorre quando um rio ou corrente de água abandona seu leito natural e passa a seguir outro curso, deixando o leito anterior sem água.

2. Fatos Jurídicos Humanos (atos-fatos jurídicos – atos reais): Esses envolvem a ação ou omissão humana, sendo irrelevante para a sua ocorrência a vontade humana. São atos que consideram a conduta humana avolitiva, ou seja, a vontade ou ausência de vontade não possui qualquer relevância.

Exemplo: Imagine que você, sem saber, encontra um tesouro em sua propriedade. O simples ato de achar o tesouro já atribui o direito à metade do valor, nos termos do **art. 1.265 do Código Civil**:

Art. 1.265: "O tesouro pertencerá por inteiro ao proprietário do prédio, se for achado por ele, ou em pesquisa que ordenou, ou por terceiro não autorizado."

Esse exemplo costuma ser explorado em questões objetivas ou discursivas, onde se cobra do candidato a correta compreensão de que, no ato-fato jurídico, a vontade do agente não é determinante para os efeitos jurídicos.



Fato Jurídico	Conceito	Exemplo
Fato Jurídico Natural (ou em Sentido Estrito)	Evento que ocorre naturalmente, sem intervenção humana, e que gera efeitos no mundo jurídico.	Morte ou nascimento de uma pessoa.
Fato Jurídico Humano (Ato-Fato Jurídico)	Ação ou omissão humana que gera efeitos jurídicos, independentemente da intenção do agente.	Encontrar um tesouro em um terreno privado, sem intenção de adquiri-lo.

ATO JURÍDICO

O **ato jurídico** é a manifestação de vontade que visa a produzir efeitos no mundo jurídico, sendo essa vontade o fator central que o diferencia de um simples fato jurídico.

1. Ato Jurídico em Sentido Estrito

No ato jurídico em sentido estrito, a vontade do agente é relevante apenas para a prática do ato, mas os efeitos são predeterminados pela lei. Em outras palavras, a pessoa manifesta sua vontade para praticar o ato, mas os efeitos desse ato já estão previamente definidos e não podem ser modificados pela vontade das partes.

Um exemplo clássico é o **pagamento de uma dívida**. Quando a dívida é paga, a obrigação é extinta automaticamente, conforme o **art. 304 do Código Civil**:

Art. 304: "Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor."

Aqui, o ato jurídico em sentido estrito opera como uma simples manifestação de vontade para um resultado jurídico preestabelecido. O devedor não pode, por exemplo, "negociar" que o pagamento não tenha efeito extintivo da obrigação — isso seria impossível.

3. Ato Jurídico Negocial

No ato jurídico negocial há manifestação de vontade, mas esta é exercida dentro de certos limites, que produzirão efeitos. São os chamados efeitos voluntários.

Exemplo: Um exemplo clássico de **ato jurídico negocial** é a **compra e venda de um imóvel**. Nesse tipo de negócio jurídico, as partes (comprador e vendedor) manifestam suas vontades livremente, com o objetivo de transferir a propriedade do imóvel. O comprador se compromete a pagar um determinado valor, enquanto o vendedor se compromete a entregar o imóvel. Nesse caso, o limite está definido pela lei, que regula essa espécie de contrato. Nesse exemplo, temos:



- **Ato jurídico negocial:** Compra e venda de um imóvel.
- **Manifestação de vontade:** Ambas as partes expressam livremente sua intenção de celebrar o contrato.
- **Efeito jurídico:** Transferência de propriedade mediante pagamento.

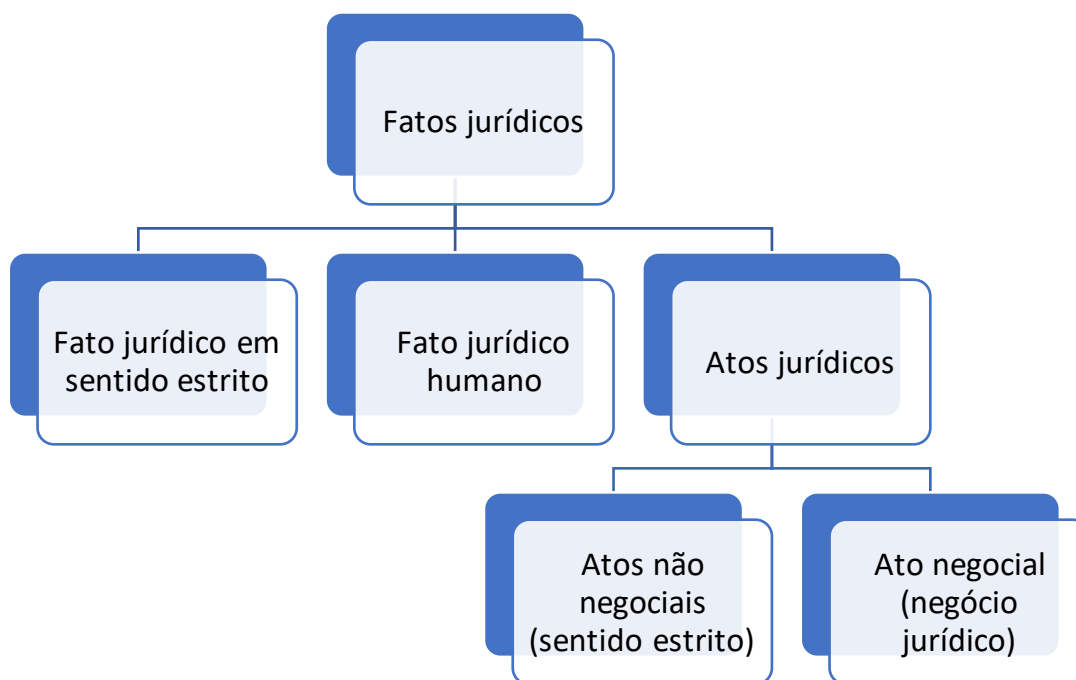
Ficou claro? Vamos em frente!

4. Ato Jurídico Perfeito e Ato Jurídico Ineficaz

Os concursos públicos podem cobrar a distinção entre o **ato jurídico perfeito** e o **ato jurídico ineficaz**. Um **ato jurídico perfeito** é aquele que já se consumou de acordo com a legislação vigente, ou seja, foi realizado conforme todos os requisitos legais, e seus efeitos já se consolidaram. Ele está protegido pelo **art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal**:

Art. 5º, XXXVI: "A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Já um **ato jurídico ineficaz** é aquele que, embora válido, não gera efeitos por conta de algum impedimento legal ou contratual. Por exemplo, um contrato pode ser validamente celebrado, mas ele pode ser ineficaz enquanto uma condição suspensiva não se realizar.



NEGÓCIO JURÍDICO

Como vimos, o **negócio jurídico** é uma espécie de ato jurídico, mas com uma particularidade: **aqui, a manifestação de vontade não apenas provoca efeitos jurídicos, como também pode moldá-los, dentro dos limites da lei.**

Esse é o ponto chave de diferença entre o ato jurídico em sentido estrito e o negócio jurídico.

No negócio jurídico, as partes têm autonomia para decidir os efeitos, ao contrário do ato jurídico, onde os efeitos são impostos pela norma.

O negócio jurídico pode ser unilateral, bilateral ou plurilateral.

Vamos detalhar cada um deles, com exemplos práticos para facilitar a compreensão.

a) Negócios Unilaterais

Os **negócios unilaterais** são aqueles em que apenas uma manifestação de vontade é suficiente para que o negócio jurídico se constitua. Isso quer dizer que basta uma única pessoa ou uma única parte manifestar sua vontade para produzir efeitos jurídicos. Mesmo que o negócio envolva outras pessoas, a obrigação ou o direito surge de uma única vontade.

Exemplo:

- **Testamento:** Um exemplo clássico de negócio jurídico unilateral é o **testamento**. O testamento é um ato pelo qual uma pessoa, chamada testador, manifesta sua vontade de dispor de seus bens após sua morte. Apenas a vontade do testador é necessária para que o testamento tenha validade e produza seus efeitos. O testamento só será exigido formalmente por lei para ter validade, conforme os artigos 1.857 a 1.859 do Código Civil.

Art. 1.857: "Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade de seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte."

Outros exemplos de negócios unilaterais incluem a **renúncia** de direitos e a **procuração**.

b) Negócios Bilaterais

Os **negócios bilaterais** são aqueles que exigem a manifestação de vontade de duas partes para que o negócio seja formado. Cada uma das partes assume obrigações ou direitos decorrentes da manifestação de suas vontades. Este tipo de negócio jurídico é muito comum em contratos, onde há uma relação de troca entre as partes.

Exemplo:



- **Contrato de compra e venda:** Um exemplo clássico de negócio jurídico bilateral é o **contrato de compra e venda**. Nesse contrato, há duas manifestações de vontade: a do vendedor, que deseja transferir a propriedade do bem mediante pagamento, e a do comprador, que deseja adquirir o bem. Ambas as partes manifestam suas vontades, e, em troca, assumem obrigações: o vendedor se compromete a entregar o bem, e o comprador se compromete a pagar o preço combinado. Este é um típico contrato sinalagmático, em que as obrigações são recíprocas.

Art. 481: "Pelo contrato de compra e venda, um dos contratantes se obriga a transferir o domínio de certa coisa, e o outro, a pagar-lhe certo preço em dinheiro."

Outros exemplos de negócios bilaterais incluem o **contrato de locação** e o **contrato de prestação de serviços**.

c) Negócios Plurilaterais

Os **negócios plurilaterais** envolvem a manifestação de vontade de mais de duas partes. No entanto, diferentemente dos negócios bilaterais, as manifestações de vontade não precisam ser contrapostas (como ocorre na compra e venda, onde há troca de direitos e deveres). Nos negócios plurilaterais, as vontades podem convergir para um objetivo comum, e o vínculo jurídico é mantido mesmo que haja alteração no número de partes envolvidas, desde que o objetivo do negócio permaneça intacto.

Exemplo:

- **Contrato de sociedade:** Um exemplo de negócio jurídico plurilateral é o **contrato de sociedade**. Nesse caso, várias pessoas se unem para formar uma sociedade empresarial, com o objetivo comum de explorar uma atividade econômica. Todas as partes (sócios) manifestam sua vontade de contribuir com capital, bens ou serviços para o desenvolvimento da empresa, e os efeitos jurídicos são criados em função dessa convergência de vontades.

Art. 981: "Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados."

Outros exemplos de negócios plurilaterais incluem os **contratos de consórcio** e **acordos de cooperação entre empresas**.



Tipo de Negócio Jurídico	Descrição	Exemplo
Unilateral	Negócio que depende da manifestação de vontade de apenas uma parte.	Testamento
Bilateral	Negócio que depende da manifestação de vontade de duas partes, com obrigações recíprocas.	Contrato de compra e venda
Plurilateral	Negócio que envolve três ou mais partes, com um objetivo comum.	Contrato de sociedade

Dica:

- É comum que as questões de concursos cobrem a identificação de negócios unilaterais, bilaterais e plurilaterais com base nos exemplos fornecidos ou na necessidade de manifestação de vontade.
- Preste atenção à diferença entre contratos bilaterais, que exigem reciprocidade entre as partes (obrigações de ambos), e plurilaterais, que envolvem várias partes colaborando para um mesmo fim.

Requisitos do negócio jurídico

O art. 104 do Código Civil traz os requisitos para que um negócio jurídico seja válido:

Art. 104: "A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei."

Dica: muitos examinadores focam nos **requisitos de validade** do negócio jurídico. Vamos analisá-los em detalhes.

1. Requisitos de validade

- **Agente capaz:** O agente deve ser juridicamente capaz de praticar o ato, ou seja, não pode estar em condições de incapacidade (absoluta ou relativa), como, por exemplo, um menor de idade não emancipado, ou uma pessoa sob curatela. O **art. 3º do Código Civil** define quem são os absolutamente incapazes:



Art. 3º: *"São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)."*

- **Objeto lícito, possível, determinado ou determinável:** O objeto do negócio jurídico deve estar dentro da legalidade e ser passível de existência. Um contrato que tenha como objeto algo ilícito ou impossível é nulo de pleno direito, conforme o **art. 166**, do Código Civil:

Art. 166: *"É nulo o negócio jurídico quando:*

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;

III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa;

VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção."

- **Forma prescrita ou não defesa em lei:** A forma do negócio jurídico, quando exigida por lei, deve ser observada. Por exemplo, a compra e venda de imóveis de valor superior a 30 vezes o salário-mínimo exige escritura pública, conforme o **art. 108** do Código Civil:

Art. 108: *"Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário-mínimo vigente no País."*





Agente capaz

- Incapacidade **absoluta** do agente - **NULIDADE**
- Incapacidade **relativa** - **ANULABILIDADE**



Objeto lícito, possível, determinado ou determinável

- Objeto ilícito - **NULO**
- Determinado, ou determinável – aceita-se a determinação em momento futuro



Consentimento

- Expresso – por escrito, manifestação oral ou gestos
- Tácito – através da prática de atos que demonstram de forma inequívoca o consentimento



Forma especial

- Não é um elemento essencial à validade de todos os negócios, mas apenas àqueles previstos em lei, p.e., a renúncia de direitos reais, o pacto antinupcial ou o testamento.

Elementos do Negócio Jurídico

Para aprofundar o estudo, é preciso entender que o negócio jurídico possui **elementos essenciais** e **elementos acidentais**.

- **Elementos essenciais:** São aqueles sem os quais o negócio não pode existir, como a manifestação de vontade e os requisitos do artigo 104. Esses elementos são inerentes a qualquer negócio jurídico.
- **Elementos acidentais:** São aqueles que podem ser incluídos pelas partes para modificar a eficácia do negócio, mas que não são obrigatórios. Os elementos acidentais são:
 - a) **Condição:** O efeito do negócio depende da ocorrência de um evento futuro e incerto.
 - b) **Termo:** O efeito do negócio é postergado ou limitado a uma data futura.
 - c) **Encargo (ou modo):** Impõe uma obrigação adicional a uma das partes.





Vamos abordar os **elementos acidentais** dos negócios jurídicos: **termo, condição e encargo**. Esses são aspectos que as partes podem acrescentar ao negócio jurídico para modificar a forma como ele vai produzir seus efeitos. Eles não são essenciais para a existência do negócio jurídico, mas podem ser inseridos conforme a vontade das partes, dentro dos limites permitidos pela lei.

Cada um desses elementos tem uma função específica e está regulamentado pelo **Código Civil**, que estabelece como eles devem ser aplicados e seus efeitos no negócio jurídico.

1. Condição

A **condição** é um evento futuro e incerto do qual depende a eficácia ou resolução de um negócio jurídico. Ou seja, é uma cláusula que suspende ou extingue os efeitos do negócio jurídico até que um determinado fato ocorra (ou não ocorra). A condição pode ser **suspensiva** ou **resolutiva**.

- **Condição suspensiva:** Suspende a eficácia do negócio até que a condição seja cumprida. Só depois que o evento incerto ocorre é que o negócio começa a produzir efeitos jurídicos.
- **Condição resolutiva:** Faz com que o negócio cesse seus efeitos assim que o evento incerto ocorre.

Artigos sobre condição no Código Civil:

Art. 121: "Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto."

Art. 122: "São lícitas, em geral, todas as condições não contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes; entre as condições defesas se incluem as que privarem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitarem ao puro arbítrio de uma das partes."

Art. 123: "Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados:

I - as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;

II - as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita;

III - as condições incompreensíveis ou contraditórias."

Art. 127: "Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido."



Exemplo: Imagine que uma pessoa promete doar um carro a outra "se" esta passar em um concurso público. Esse "se" (passar no concurso) é a condição suspensiva, pois o negócio (a doação do carro) só produzirá efeitos quando o evento incerto (passar no concurso) ocorrer. Se a pessoa não passar no concurso, o negócio não produzirá efeitos.

2. Termo

O **termo** é um evento futuro e certo que marca o início ou o fim da eficácia de um negócio jurídico. Diferentemente da condição, no termo não há incerteza quanto à ocorrência do evento. O que se desconhece, muitas vezes, é quando exatamente o evento vai ocorrer (termo incerto), ou já se sabe quando ele ocorrerá (termo certo).

O termo pode ser:

- **Inicial:** Marca o momento em que o negócio jurídico começará a produzir seus efeitos.
- **Final:** Marca o momento em que o negócio jurídico cessará seus efeitos.

Artigos sobre o termo no Código Civil:

Art. 131: "Ao termo inicial subordina-se o exercício, mas não a aquisição do direito."

Art. 132: "Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluindo o dia do começo, e incluindo o do vencimento."

Art. 133: "Nos testamentos, presume-se o prazo em favor do herdeiro, e, nos contratos, em proveito do devedor, salvo, quanto a esses, se do teor do instrumento, ou das circunstâncias, resultar que se estabeleceu a benefício do credor, ou de ambos os contratantes."

Exemplo: Um exemplo comum é o contrato de aluguel de um imóvel, em que se estipula um prazo de validade, como um contrato que termina no dia 31 de dezembro de 2024. O dia 31 de dezembro de 2024 é o **termo final**, pois é quando o contrato deixará de produzir seus efeitos. Se o contrato começar a valer a partir de 1º de janeiro de 2024, esse será o **termo inicial**.

3. Encargo (ou Modo)

O **encargo** é um ônus ou obrigação adicional que pode ser imposto a quem recebe um benefício no negócio jurídico, especialmente em negócios gratuitos, como doações. O encargo não impede o beneficiário de adquirir o direito, mas ele estará obrigado a cumprir a exigência imposta.

É comum o encargo aparecer em doações, onde o doador impõe ao donatário a obrigação de realizar algo como condição para receber o bem. No entanto, mesmo que o encargo não seja cumprido, isso não impede a aquisição do direito, a menos que o negócio jurídico tenha sido expressamente condicionado ao cumprimento do encargo.



Artigos sobre o encargo no Código Civil:

Art. 136: "O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva."

Art. 137: "Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico."

Exemplo: Um exemplo de encargo seria uma doação de um imóvel com a obrigação de que o donatário utilize parte do imóvel para um projeto social. Nesse caso, o donatário adquire a propriedade do imóvel, mas deverá cumprir o encargo imposto pelo doador.

Vamos recordar!

Elemento Acidental	Conceito
Condição	Evento futuro e incerto que subordina o efeito do negócio jurídico ao seu cumprimento. Pode ser suspensiva ou resolutiva.
Termo	Evento futuro e certo que determina o início ou o fim da eficácia do negócio jurídico.
Encargo	Ônus ou obrigação imposta ao beneficiário de um negócio jurídico, especialmente em negócios gratuitos, sem impedir a aquisição do direito.

Defeitos do Negócio Jurídico

Um ponto crucial nos estudos de concurso são os **vícios do negócio jurídico**, que podem torná-lo anulável ou até mesmo nulo.

Os defeitos do negócio jurídico são situações em que há algum vício na manifestação de vontade ou no próprio negócio que, ao ser identificado, pode levar à sua anulação ou, em casos mais graves, à sua nulidade. No Direito Civil, a validade dos negócios jurídicos depende da manifestação livre e consciente de vontade. Quando essa vontade está comprometida por algum fator, o negócio pode ser afetado.

1. Erro ou Ignorância

O **erro** ou a **ignorância** acontece quando uma das partes se engana sobre um aspecto essencial do negócio jurídico. O erro pode ser quanto ao objeto, às qualidades essenciais do objeto ou mesmo quanto à pessoa com quem se está contratando. A consequência do erro é a possibilidade



de anulação do negócio, desde que seja considerado um erro substancial, ou seja, que tenha sido determinante para a celebração do negócio.

Artigos sobre erro no Código Civil:

Art. 138: "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."

Art. 139: "O erro é substancial quando:

I - interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;

II - concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante;

III - sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico."

Exemplo: Uma pessoa compra um anel de ouro acreditando que é um diamante verdadeiro, mas descobre depois que o diamante é falso. Esse é um exemplo de erro sobre a qualidade essencial do objeto, e o negócio pode ser anulado.

2. Dolo

O **dolo** ocorre quando uma das partes usa artifícios ou manobras fraudulentas para enganar a outra, levando-a a cometer um erro. O dolo, para que seja considerado vício do negócio jurídico, precisa ser doloso e intencional, ou seja, uma das partes induz a outra ao erro de maneira maliciosa. Se comprovado, o dolo gera a anulação do negócio jurídico.

Artigos sobre dolo no Código Civil:

Art. 145: "São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa."

Art. 146: O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo."

Exemplo: Imagine que alguém vende um carro alegando que está em perfeito estado, mas esconde um problema grave no motor. O comprador, induzido ao erro pelo comportamento fraudulento do vendedor, poderia pedir a anulação do contrato por dolo.

3. Coação



A **coação** é o vício da vontade que ocorre quando uma das partes é forçada, por ameaça ou violência, a celebrar o negócio jurídico contra a sua vontade. A coação pode ser física (violência) ou moral (ameaça), e precisa ser grave o suficiente para influenciar a decisão da parte coagida. A coação, quando comprovada, leva à anulação do negócio jurídico.

Artigos sobre coação no Código Civil:

Art. 151: "A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens."

Art. 153: "Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial."

Exemplo: Se uma pessoa é ameaçada de sofrer dano físico se não assinar um contrato de venda de sua casa, esse contrato pode ser anulado por coação, pois a manifestação de vontade foi viciada pela ameaça.

4. Estado de Perigo

O **estado de perigo** acontece quando uma pessoa, em uma situação de extrema necessidade, assume obrigações excessivamente onerosas para salvar a si mesma ou outra pessoa de um grave risco de dano. Nesses casos, o negócio jurídico pode ser anulado, uma vez que a necessidade extrema vicia a vontade da parte.

Artigos sobre estado de perigo no Código Civil:

Art. 156: "Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa."

Exemplo:

Se uma pessoa, precisando urgentemente de tratamento médico para um familiar, aceita pagar um preço exorbitante por um serviço que normalmente teria custo bem menor, pode-se configurar o estado de perigo e o contrato poderá ser anulado.

5. Lesão

A **lesão** ocorre quando uma das partes, por inexperiência ou necessidade, é levada a celebrar um negócio jurídico em condições desproporcionais, obtendo uma desvantagem excessiva. A lesão não depende de fraude ou dolo, bastando que uma das partes obtenha vantagem exagerada em detrimento da outra.

Artigos sobre lesão no Código Civil:



Art. 157: "Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta."

Exemplo: Se uma pessoa, por inexperiência, vende um imóvel por um valor muito abaixo do mercado, sem ter consciência do valor real, o negócio pode ser anulado por lesão, pois há uma desproporção entre as prestações.

6. Fraude Contra Credores

A **fraude contra credores** ocorre quando o devedor, ao se desfazer de seus bens ou praticar outros atos jurídicos, prejudica os credores, reduzindo o patrimônio que seria usado para pagar suas dívidas. Quando há fraude, o negócio jurídico pode ser declarado ineficaz em relação aos credores.

Artigos sobre fraude contra credores no Código Civil:

Art. 158: "Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos."

Art. 159: "Serão igualmente anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, quando a insolvência for notória, ou houver motivo para ser conhecida do outro contratante."

Exemplo: Se um devedor, sabendo que está prestes a ser executado por um credor, doa todos os seus bens para outra pessoa para evitar a penhora, essa doação pode ser considerada uma fraude contra credores e pode ser anulada.

Vamos revisar!

Defeito do Negócio Jurídico	Definição
Erro ou Ignorância	Ocorre quando uma das partes se engana sobre um aspecto essencial do negócio jurídico. Pode ser erro quanto ao objeto ou às qualidades essenciais.
Dolo	Quando uma das partes usa artifícios ou manobras fraudulentas para induzir a outra ao erro, levando à celebração do negócio jurídico.
Coação	Quando uma das partes é forçada a celebrar o negócio jurídico por meio de ameaça ou violência, viciando sua manifestação de vontade.



Estado de Perigo	Acontece quando uma pessoa, em grave necessidade, assume obrigações excessivas para salvar a si mesma ou outra pessoa de um risco de dano.
Lesão	Ocorre quando uma das partes, por inexperiência ou necessidade, celebra o negócio jurídico em condições desproporcionais, obtendo desvantagem excessiva.
Fraude contra Credores	Ocorre quando o devedor, ao praticar atos como a transmissão gratuita de bens, prejudica os credores, reduzindo o patrimônio disponível para pagar as dívidas.

Invalidade dos Negócios Jurídicos



O conceito de **invalidade dos negócios jurídicos** é um dos temas centrais no Direito Civil e diz respeito à possibilidade de que um negócio jurídico não produza os efeitos esperados, seja porque ele foi constituído em desconformidade com a lei, seja porque houve algum vício ou defeito em sua formação.

A invalidade pode ser dividida em duas categorias principais: **nulidade e anulabilidade**.

Vamos explorar esses conceitos em profundidade, analisando os artigos do Código Civil, os exemplos práticos e as consequências jurídicas de cada tipo de invalidade.

1. Nulidade dos Negócios Jurídicos

A **nulidade** ocorre quando o negócio jurídico viola disposições legais que não admitem correção ou convalidação. Em outras palavras, um negócio nulo é aquele que não pode produzir nenhum efeito jurídico desde a sua origem, como se nunca tivesse existido. Isso se dá porque o negócio contraria regras de ordem pública, que são de observância obrigatória.

O Código Civil de 2002 disciplina a nulidade nos seguintes artigos:

Art. 166: "É nulo o negócio jurídico quando:

I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz;

II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;



III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito;

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa;

VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção."

Art. 167: *"É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma."*

Consequências da nulidade:

- A nulidade pode ser declarada a qualquer tempo e por qualquer interessado, e o juiz pode reconhecer de ofício (sem provocação das partes).
- O negócio jurídico nulo não gera qualquer efeito jurídico e, por isso, não pode ser convalidado.
- Quando reconhecido judicialmente, as partes retornam ao estado anterior ao negócio.

Exemplo: Um contrato de compra e venda de drogas é nulo, porque tem objeto ilícito. Mesmo que todas as partes concordem com a celebração do negócio, ele é absolutamente inválido, pois a lei não admite qualquer negócio que tenha por objeto algo ilícito.

2. Anulabilidade dos Negócios Jurídicos

A **anulabilidade** ocorre quando o negócio jurídico, embora tenha um vício, não contraria normas de ordem pública. Ao contrário da nulidade, o negócio anulável pode produzir efeitos até que seja anulada por sentença judicial. O vício que torna o negócio anulável está relacionado à manifestação da vontade, à capacidade relativa das partes ou a alguma formalidade que poderia ser corrigida.

A anulabilidade está prevista nos seguintes artigos do Código Civil:

Art. 171: *"Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:*

I - por incapacidade relativa do agente;

II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores."



Art. 172: "O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro."

Consequências da anulabilidade:

- A anulabilidade só pode ser declarada por meio de ação judicial, proposta pela parte interessada que sofreu o vício.
- O prazo para pleitear a anulação varia de acordo com o tipo de vício, sendo, em regra, de quatro anos (art. 178 do Código Civil).
- Se a parte prejudicada não buscar a anulação dentro do prazo, o negócio jurídico poderá ser convalidado pela confirmação tácita ou expressa das partes.

Exemplo: Um contrato de compra e venda celebrado por um menor relativamente incapaz, sem a devida assistência de seu responsável legal, é anulável. Nesse caso, o contrato permanece válido até que o menor ou seu representante busque a anulação na justiça, sob o argumento da incapacidade relativa do menor.

A nulidade e a anulabilidade são dois graus de invalidade com diferenças importantes:

Aspecto	Nulidade	Anulabilidade
Natureza	O negócio é nulo de pleno direito.	O negócio é válido até ser anulado judicialmente.
Efeitos	Não gera nenhum efeito jurídico.	Produz efeitos até ser anulado.
Reconhecimento	Pode ser reconhecida de ofício pelo juiz.	Depende de provocação judicial por uma das partes.
Convalidação	Não pode ser convalidado.	Pode ser convalidado pela confirmação das partes.
Prazo	Não tem prazo para ser declarado nulo.	O prazo para pedir anulação é, em regra, de quatro anos.

3. Nulidade Parcial

Em alguns casos, apenas uma parte do negócio jurídico pode ser nula, e o restante do negócio pode ser mantido, desde que a parte não contaminada pelo vício possa subsistir de forma autônoma. Essa regra é conhecida como **nulidade parcial**, e está prevista no **art. 184 do Código Civil**:

Art. 184: "Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal."



Exemplo: Em um contrato de prestação de serviços, se uma cláusula que impõe um prazo excessivo para a conclusão do serviço for considerada abusiva e, portanto, nula, o restante do contrato pode permanecer válido, desde que a eliminação dessa cláusula não afete o restante do acordo.

4. Prazo para Anulação

O **prazo para pleitear a anulação** de um negócio jurídico é um aspecto importante a ser considerado. O **art. 178 do Código Civil** estabelece o prazo decadencial de **quatro anos** para anular o negócio jurídico nos casos de:

- Coação: contado a partir do momento em que a coação cessar;
- Erro, dolo, fraude, estado de perigo ou lesão: contado do dia em que se realizou o negócio jurídico;
- Incapacidade: contado do dia em que cessar a incapacidade.

Art. 178: "É de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

I - no caso de coação, do dia em que ela cessar;

II - no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico;

III - no de atos de incapazes, do dia em que cessar a incapacidade."

Lembre-se: A **invalidade dos negócios jurídicos** abrange a nulidade e a anulabilidade, sendo cada uma aplicável em situações específicas. Enquanto a nulidade é mais grave, por violar normas de ordem pública, a anulabilidade decorre de defeitos que podem ser corrigidos ou que afetam a vontade das partes.

Representação

A **representação** é uma figura jurídica importante que permite que uma pessoa (o **representante**) atue em nome de outra (o **representado**) para realizar negócios ou praticar atos jurídicos, com efeitos diretos para o representado. O representante age no interesse do representado, substituindo-o na manifestação de vontade, dentro dos limites fixados pela lei ou por um instrumento específico (como a procuração).

A representação está regulada no **Código Civil** nos artigos 115 a 118, que tratam tanto da representação voluntária quanto da legal, e define as regras e limitações dessa relação jurídica. Abaixo, vamos aprofundar os conceitos, os tipos de representação e as regras previstas na legislação.



1. Conceito de Representação

A representação é a atuação de uma pessoa em nome de outra, sendo que os atos praticados pelo representante produzem efeitos diretamente na esfera jurídica do representado. O representante não age em nome próprio, mas como uma espécie de substituto ou porta-voz do representado.

Art. 115: "Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado."

Isso significa que a representação pode ser conferida de duas formas:

- **Representação legal:** Quando o poder de representação decorre diretamente da lei, como ocorre com os pais em relação aos filhos menores, ou com o tutor e o curador em relação aos incapazes.
- **Representação voluntária:** Quando o poder de representação é concedido pela vontade do representado, normalmente por meio de um instrumento particular, como uma **procuração**.

2. Tipos de Representação

A representação pode ser classificada em dois tipos principais, conforme sua origem:

a) Representação Legal

Na **representação legal**, o poder de atuar em nome de outra pessoa é conferido pela lei. Isso ocorre em situações em que uma pessoa, por ser menor ou incapaz, não pode agir por conta própria. A lei, então, designa um representante legal, como:

- Os pais em relação aos filhos menores de idade (art. 1.634, Código Civil);
- O tutor, no caso de menores que não têm pais;
- O curador, no caso de incapazes.

O representante legal tem o dever de proteger os interesses do representado e agir conforme os limites fixados pela lei.

b) Representação Voluntária

A **representação voluntária** é aquela em que o poder de agir em nome do representado é conferido por este último, normalmente por meio de um **mandato** ou **procuração**. A pessoa que outorga a representação escolhe outra para agir em seu nome em determinados atos ou negócios jurídicos, definindo os limites da atuação.

Art. 116: "A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado."



Isso significa que os atos praticados pelo representante, dentro dos limites da procuração, produzem efeitos diretamente na esfera jurídica do representado, como se este tivesse praticado os atos pessoalmente.

3. Limites da Representação

Os poderes do representante são limitados pelos termos expressos no ato que lhe concede essa capacidade. No caso da representação legal, os limites são fixados pela lei; no caso da representação voluntária, esses limites são estabelecidos no documento que outorga os poderes, geralmente uma **procuração**.

Art. 117: "Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo."

Se o representante excede seus poderes ou age fora dos limites definidos, os atos praticados podem não vincular o representado, e o representante poderá responder pessoalmente pelos danos causados.

Exemplo: Se uma pessoa concede uma procuração para a venda de um imóvel por um determinado valor mínimo, e o representante vende o imóvel por um valor inferior ao estipulado, ele pode ser responsabilizado pelo excesso de poder, e o negócio jurídico pode ser anulado.

4. Efeitos dos Atos do Representante

Quando o representante age dentro dos limites de seus poderes, os efeitos dos atos praticados por ele recaem diretamente sobre o representado. Isso significa que o representado será o beneficiário dos direitos adquiridos ou será responsável pelas obrigações assumidas pelo representante.

Art. 118: "O representante é obrigado a provar às pessoas, com quem tratar em nome do representado, a sua qualidade e a extensão de seus poderes, sob pena de, não o fazendo, responder pelos atos que a estes excederem."

Esse dispositivo trata de uma situação específica de **autocontratação**, que ocorre quando o representante celebra negócios consigo mesmo (ou em benefício de terceiros). Em regra, essa prática é proibida, exceto se houver autorização expressa do representado ou previsão legal.

Exemplo: Se o representante recebe poderes para vender um imóvel em nome do representado e acaba comprando o imóvel para si mesmo, esse negócio é anulável, a menos que o representado tenha autorizado expressamente essa autocontratação.

5. Extinção da Representação



A representação pode ser extinta por diferentes motivos, dependendo de seu tipo. No caso da **representação voluntária**, o término ocorre quando expira o prazo previsto na procuração ou por revogação do representado. No caso da **representação legal**, a extinção ocorre quando desaparecem as causas que a justificam, como a maioria de um menor ou a recuperação da capacidade de um incapaz.

Art. 682: "Cessa o mandato:

I - pela revogação ou pela renúncia;

II - pela morte ou interdição de uma das partes;

III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer;

IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio."

6. Exemplos Práticos de Representação

a) Representação Voluntária – Procuração para Venda de Imóvel

Imagine que João, por estar morando fora do país, outorga uma procuração a Carlos para que ele possa vender um imóvel em seu nome. Carlos, como representante, poderá praticar todos os atos necessários para realizar a venda do imóvel, desde que dentro dos limites estabelecidos na procuração. Os efeitos da venda (como a transferência da propriedade) serão diretamente atribuídos a João, e não a Carlos.

b) Representação Legal – Pais de Menor de Idade

Os pais de um menor de idade são seus representantes legais e, por isso, podem praticar atos em nome de seus filhos, como administrar seus bens ou celebrar contratos em nome deles. Esse poder de representação é conferido pela lei e se extingue quando o menor atinge a maioria.

Vamos recordar?

Aspecto	Descrição
Definição	A representação permite que uma pessoa (representante) aja em nome de outra (representado), com efeitos diretos sobre o representado.
Tipos de Representação	Pode ser legal (quando conferida pela lei) ou voluntária (conferida por meio de instrumento, como a procuração).



Limites	O representante deve agir nos limites fixados pela lei (representação legal) ou pelo instrumento de outorga (representação voluntária).
Efeitos	Os atos praticados pelo representante dentro dos limites estabelecidos produzem efeitos diretamente na esfera jurídica do representado.
Extinção	A representação pode ser extinta pelo término do prazo, pela revogação, ou quando desaparecem as causas da representação legal (ex.: maioria).

Enfim, chegamos à parte final, onde abordaremos a força obrigatória dos negócios. Vamos lá!

Força Obrigatória dos Negócios Jurídicos

A **força obrigatória dos negócios jurídicos** é um dos pilares fundamentais do Direito Civil, representando o princípio de que os contratos e negócios jurídicos, uma vez validamente celebrados, vinculam as partes às suas obrigações, devendo ser cumpridos conforme o acordado. Esse princípio é conhecido pelo brocardo latino "**pacta sunt servanda**", que significa "os pactos devem ser cumpridos".

O Código Civil Brasileiro consagra esse princípio no **art. 421**, que afirma que a liberdade de contratar deve ser exercida nos limites da função social do contrato. Isso quer dizer que, dentro dos limites da legalidade e da função social, as partes têm liberdade para firmar contratos e negócios jurídicos de acordo com sua vontade, mas, uma vez celebrado o negócio, as partes ficam obrigadas a respeitar os termos e cláusulas estabelecidas.

1. O Princípio "Pacta Sunt Servanda"

O princípio "**pacta sunt servanda**" garante a **estabilidade e segurança jurídica** nas relações contratuais, ao assegurar que as partes envolvidas devem cumprir as obrigações que voluntariamente assumiram. Esse princípio está presente no Código Civil, em diversas passagens, especialmente na parte relativa aos contratos.

Artigo: Art. 422: "Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé."

Aqui, o artigo reforça a ideia de que a boa-fé e a probidade (retidão) são princípios norteadores das relações contratuais, e que o cumprimento do negócio jurídico deve se dar de acordo com esses princípios. Em outras palavras, a força obrigatória dos negócios jurídicos não permite que uma das partes se desobrigue das suas responsabilidades sem uma justa causa prevista pela lei ou pelo próprio contrato.



2. Limites à Força Obrigatória

Embora o princípio "**pacta sunt servanda**" seja um dos pilares das relações jurídicas, ele não é absoluto. O ordenamento jurídico brasileiro prevê algumas exceções e limites para a força obrigatória dos negócios, em especial nas seguintes situações:

- **Teoria da Imprevisão:** Prevista no **art. 478 do Código Civil**, essa teoria permite que, em situações extraordinárias e imprevisíveis que tornem o cumprimento do contrato excessivamente oneroso para uma das partes, o negócio jurídico possa ser revisto ou, em casos extremos, rescindido.

Art. 478: "Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação."

- **Função Social do Contrato:** A **função social** impõe que os contratos não podem ser apenas ferramentas de satisfação das vontades individuais, devendo também respeitar os interesses sociais e coletivos. A função social é um dos limites à autonomia da vontade.

3. Reserva Mental

A **reserva mental** é uma figura que surge quando uma das partes manifesta uma vontade que não é verdadeira, ou seja, oculta sua verdadeira intenção ao celebrar o negócio jurídico. Em termos simples, a pessoa **finge querer** celebrar o negócio, mas, na realidade, **não tem a intenção** de cumpri-lo.

Entretanto, essa reserva mental, para que tenha efeito, deve ser conhecida pela outra parte. Caso contrário, o negócio jurídico será considerado válido, pois a manifestação de vontade foi clara e inequívoca. Isso ocorre porque o Direito dá primazia à **manifestação expressa da vontade** sobre a intenção íntima de quem a manifesta.

Art. 110: "A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento."

Esse artigo do Código Civil estabelece que, mesmo que a pessoa tenha feito uma reserva mental (ou seja, tenha ocultado sua verdadeira intenção), o negócio jurídico continuará sendo válido, **a menos que a outra parte tenha conhecimento dessa reserva**. Isso significa que o sistema jurídico valoriza a aparência de um contrato ou negócio jurídico, a menos que se prove a intenção dolosa de uma das partes e que essa intenção tenha sido comunicada à outra parte.



Exemplo: Imagine que João, por pressões sociais, decide comprar um carro, mesmo sem ter a real intenção de utilizá-lo ou pagá-lo. Ele assina o contrato, mas, interiormente, decide que não vai cumprir com sua obrigação. Neste caso, o negócio é **válido**, pois ele manifestou sua vontade de forma expressa, e a outra parte (vendedor) não tinha conhecimento da intenção oculta de João.

Se, por outro lado, João tivesse dito ao vendedor que estava assinando o contrato apenas por "formalidade", mas que não cumpriria o acordo, a **reserva mental** seria conhecida pelo vendedor, o que poderia invalidar o negócio.



4. Diferença entre Reserva Mental e Simulação

A **reserva mental** não deve ser confundida com a **simulação**. Embora em ambas as situações haja uma divergência entre a vontade real e a manifestação expressa, a simulação envolve a **colusão** entre as partes (ou seja, ambas as partes têm conhecimento de que o negócio jurídico não será efetivamente cumprido).

Já na reserva mental, apenas uma das partes age de maneira dissimulada, sem o conhecimento da outra.

Art. 167: "É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma."

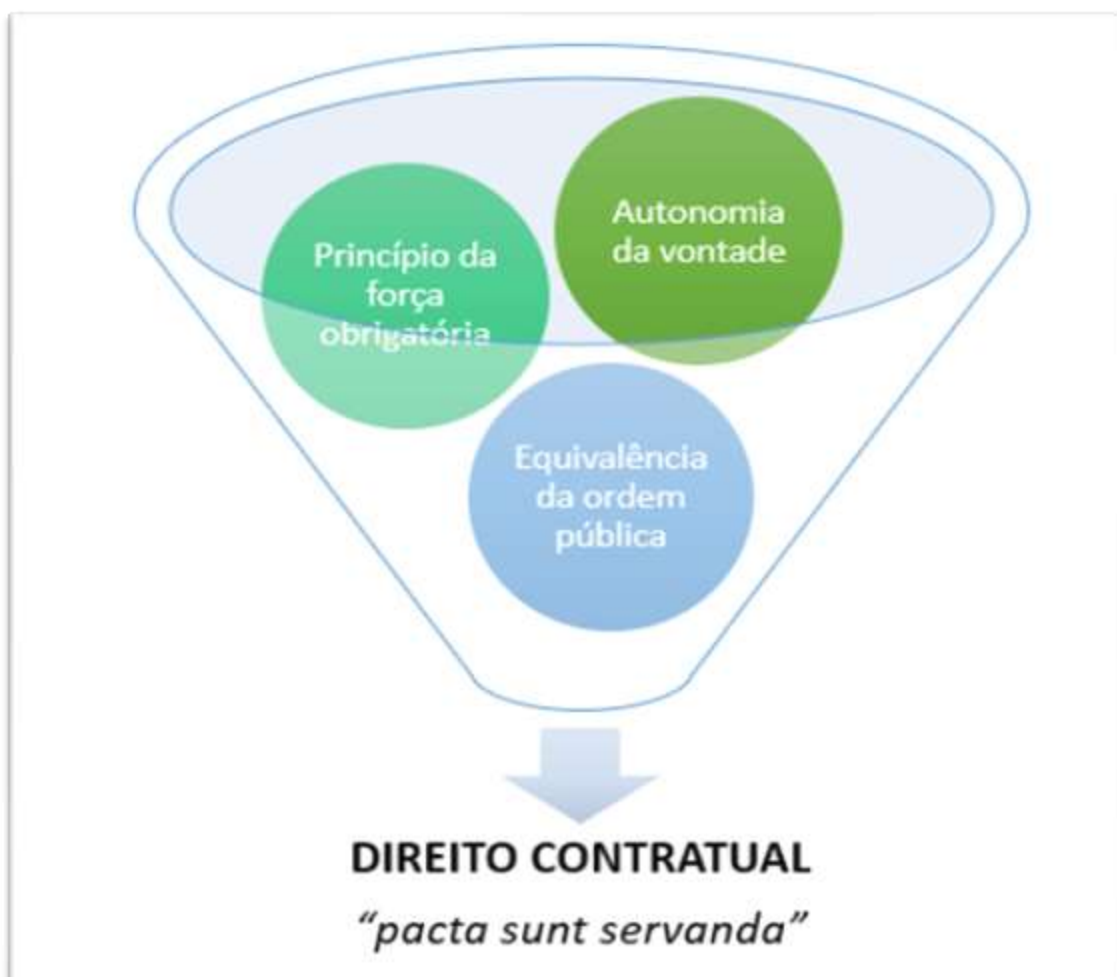
APOSTA ESTRATÉGICA

Corujas, o tema da **força obrigatória dos negócios jurídicos** costuma ser bastante cobrado, tanto de forma direta, como em questões objetivas, quanto de forma indireta, em análises de casos práticos envolvendo a obrigatoriedade de cumprir contratos.



Por isso, é muito importante que você tenha pleno domínio do que significa a força obrigatória dos negócios jurídicos e suas exceções.

Portanto, ao estudar a força obrigatória dos negócios jurídicos, faça a leitura dos artigos de lei e revise os conceitos para consolidar sua compreensão. Isso fará toda a diferença na sua preparação para concursos!



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Em relação a negócios jurídicos, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- A) Nas declarações de vontade, se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- B) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- C) O dolo, para anular o negócio jurídico por vício de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- D) É anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.

Comentários

Letra A – **Certa**. Literalidade do art. 112 do Código Civil:

Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Letra B – **Errada**. É causa de anulabilidade, não de nulidade. Veja o que diz o art. 138 do CC:

Art. 138. São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

Letra C – **Errada**. Na verdade, trata-se de coação, não de dolo, nos termos do art. 151 do Código Civil:

Art. 151. A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.

Letra D – **Errada**. A falta da forma prescrita em lei torna nulo negócio jurídico. Veja:

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:
IV - não revestir a forma prescrita em lei;

Gabarito: Letra A.



2.(INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Judiciária) Em relação ao disposto no Código Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

() O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

() É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

() O estado de perigo resta configurado quando uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

A) V – F – V – F.

B) V – V – F – F.

C) V – F – F – V.

D) F – F – V – V.

E) F – V – F – F.

Comentários

Item I – **Certo**. De acordo com o disposto no art. 121 do Código Civil:

Art. 121. Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

Item II – **Certo**. Literalidade do art. 136 do CC:

Art. 136. O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

Item III – **Errado**. No caso, é nulo e não anulável o negócio jurídico. Veja:

Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Item - IV. **Errado**. A situação exposta se caracteriza como lesão. O Código Civil regula o tema da seguinte forma:

Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.



Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Gabarito: Letra B.

3.(INSTITUTO AOCP/2023/MPE RR/Promotor de Justiça Substituto) A manifestação de vontade da pessoa natural é pressuposto para existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Em assim sendo,

- A) para a validade do negócio jurídico, o Código Civil de 2002 exige que a manifestação de vontade seja realizada por pessoa plenamente capaz.
- B) o silêncio será interpretado como manifestação de vontade quando a pessoa for plenamente capaz.
- C) para a validade do ato jurídico, o menor, a partir dos 16 anos de idade, deverá manifestar a sua vontade assistido por seu representante legal.
- D) a manifestação de vontade da pessoa há de ser interpretada com ênfase maior à intenção nela consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Comentários

Letra A - **Errada.** O art. 104 do Código Civil não determina se o agente é relativamente ou absolutamente capaz. Ao relativamente incapaz é permitida a realização de certos negócios jurídicos sem assistência. Por exemplo: aceitação de mandato (art. 666); elaboração de testamento (artigo 1.860, parágrafo único), dentre outros.

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I - agente capaz;

Letra B - **Errada.** Nem sempre o silêncio será interpretado como manifestação de vontade quando a pessoa for plenamente capaz.

Caso as circunstâncias do negócio e a praxe do mercado assim estabeleçam, quem cala consente. Porém, quando a lei exige anuência expressa, quem cala não consente.

Art. 111. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

Letra C - **Errada.** Conforme exposto na assertiva A, ao relativamente incapaz é permitida a realização de certos negócios jurídicos sem assistência. Por exemplo: aceitação de mandato (art. 666); elaboração de testamento (artigo 1.860, parágrafo único), dentre outros.

Letra D - **Certa.** É o que se extrai da análise do art. 112 do CC:



Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Gabarito: Letra D.

4.(Instituto AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Júnior) Em relação ao negócio jurídico previsto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveitada aos cointeressados capazes, ainda que indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- C) As partes não podem pactuar regras de interpretação ou de preenchimento de lacunas dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- D) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.
- E) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

Comentários

Letra A – **Errada.** Argumento que colide com o que diz o art. 105 do Código Civil:

Art. 105. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Letra B – **Errada.** Ao contrário, nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem. Observe:

Art. 112. Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

Letra C – **Errada.** Permissão dada pelo § 2º, do art. 113, do CC:

Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

§ 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei. *(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)*

Letra D – **Errada.** Em desacordo com o mandamento previsto no art. 113, § 1º, I, do Código Civil:



Art. 113. Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

§ 1º A interpretação do negócio jurídico deve-lhe atribuir o sentido que: *(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)*

I - for confirmado pelo comportamento das partes posterior à celebração do negócio; *(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)*

Letra E – **Certa**. Por força do art. 110 do CC:

Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

Gabarito: Letra E.

5.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor de Justiça Substituto) Análise as assertivas e assinale a alternativa correta.

I. O erro quanto ao motivo do negócio não o vicia, exceto se a falsa razão for expressa como determinante de sua realização.

II. O dolo gera a nulidade absoluta do negócio jurídico.

III. A condição suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição do direito e, via de consequência, o seu exercício, razão pela qual o titular do direito eventual não poderá praticar os atos destinados a conservá-lo enquanto pendente a condição.

IV. O negócio jurídico realizado sob coação praticada por terceiro é anulável, sendo irrelevante que a parte que se beneficia tenha conhecimento dela.

V. A nulidade do testamento convalida-se caso não arguida em 5 (cinco) anos, contados da data do seu registro.

A) Apenas II, III e IV estão corretas.

B) Apenas I, III e V estão corretas.

C) Apenas II, IV e V estão corretas.

D) Apenas I e III estão corretas.

E) Apenas I e V estão corretas.

Comentários

Item I - **Certo**. Conforme se infere do art. 140 do Código Civil:

Art. 140. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.



Item II - **Errado**. O dolo gera a anulabilidade do negócio jurídico, nos termos do art. 171, II, do CC:

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Item III - **Errado**. Em desarmonia com o disposto no art. 130 do Código Civil, que prevê a possibilidade de serem praticados os atos destinados a conservar o direito. Observe:

Art. 125. Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta se não verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

Art. 130. Ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.

Item IV - **Errado**. O Código Civil gere o tema da seguinte forma:

Art. 154. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.

Art. 155. Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento; mas o autor da coação responderá por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.

Letra V - **Certo**. Ordem expressa do art. 1.859 do CC:

Art. 1.859. Extingue-se em cinco anos o direito de impugnar a validade do testamento, contado o prazo da data do seu registro.

Gabarito: Letra E.

6.(Instituto AOCP/2024Fundação de Saúde de São Leopoldo/Advogado) A respeito do Negócio Jurídico e suas disposições do Código Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, exceto quando a lei expressamente a dispensar.

() No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

() Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquelas novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.



- () Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não interpretam-se estritamente.
- () Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.
- A) V – F – F – V – F.
- B) F – V – V – F – V.
- C) F – F – V – F – F.
- D) V – V – F – F – V.
- E) F – F – V – V – V.

Comentários

Item I - **Errado**. Em desacordo com o art. 107 do Código Civil:

Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

Item II - **Certo**. De acordo com o previsto no art. 109 do CC:

Art. 109. No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

Item III - **Certo**. Nos termos do art. 126 do Código Civil:

Art. 126. Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

Item IV - **Errado**. Vejamos o que diz o art. 114 do CC:

Art. 114. Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.

Item V - **Certo**. Ordem do art. 137 do Código Civil:

Art. 137. Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.

Gabarito: Letra B.

7.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD)/Advogado) A respeito das pessoas jurídicas, dos bens e do negócio jurídico, conforme legislação civil em vigor, julgue o seguinte item.

Quanto ao negócio jurídico, a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, ainda que seja indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.



Comentários

A assertiva está incorreta, visto que se mostra em desarmonia com o texto do art. 105 do Código Civil:

Art. 105. A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Gabarito: Errado.

8.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Nos termos do Código Civil, acerca de prescrição, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entre os cônjuges, a constância da sociedade conjugal impede a fluência do prazo prescricional.
- B) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- C) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interrompe a prescrição.
- D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

Comentários

Letra A – **Certa**. De acordo com o disposto no art. 197, I, do Código Civil:

Art. 197. Não corre a prescrição:
I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;

Letra B – **Errada**. O prazo em questão é de 3 anos. Veja:

Art. 206. Prescreve:
§ 3º - Em três anos:
V - a pretensão de reparação civil;

Letra C – **Certa**. Em conformidade com o art. 202, I, do CC:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

Letra D – **Certa**. Consoante texto do art. 191 do Código Civil:

Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a



renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Gabarito: Letra B.

9.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Acerca de prescrição e decadência, obrigações, contratos e direito de família, com base no que dispõe o Código Civil em vigor, julgue o seguinte item.

A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros. Semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

Comentários

Está incorreta a questão, posto que contrária ao que determina o art. 204 do Código Civil:

Art. 204. A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados.

Gabarito: Errada.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas: Atos, Fatos e Negócio Jurídico

1. O que são fatos jurídicos?

3. O que é ato-fato jurídico?

4. O que são atos jurídicos?

5. Qual a diferença entre ato jurídico e negócio jurídico?

6. O que são negócios jurídicos?



7. Quais são os requisitos de validade de um negócio jurídico?

8. O que é uma condição suspensiva?

9. O que é uma condição resolutiva?

10. O que é um termo no negócio jurídico?

11. O que é um encargo no negócio jurídico?

12. Qual é a diferença entre erro e dolo?

13. O que caracteriza a coação em um negócio jurídico?

14. O que é a força obrigatória dos negócios jurídicos?

15. O que é reserva mental?

16. O que é a teoria da imprevisão?

Perguntas com respostas: Atos, Fatos e Negócio Jurídico

1. O que são fatos jurídicos?

Fatos jurídicos são acontecimentos, naturais ou humanos, que criam, modificam, conservam ou extinguem direitos.

2. O que são fatos jurídicos naturais?

Fatos jurídicos naturais são aqueles que independem da vontade humana, como o nascimento, a morte ou a maioridade, e produzem efeitos jurídicos automaticamente.



Exemplo: A maioria de uma pessoa aos 18 anos, conforme a lei, é um fato jurídico que gera efeitos automáticos, como a capacidade plena para praticar atos da vida civil.

3. O que é ato-fato jurídico?

O ato-fato jurídico ocorre quando há uma ação humana, mas a vontade do agente é irrelevante para a produção dos efeitos jurídicos.

Exemplo: A pessoa encontra um tesouro. O simples ato de encontrar o tesouro já gera efeitos jurídicos, independentemente da vontade da pessoa. Conforme o **Art. 1.265 do Código Civil**, o descobridor de tesouro tem direito à metade do valor achado.

Art. 1.265. O tesouro pertencerá por inteiro ao proprietário do prédio, se for achado por ele, ou em pesquisa que ordenou, ou por terceiro não autorizado.

4. O que são atos jurídicos?

São manifestações de vontade destinadas a produzir efeitos jurídicos, como criar, modificar ou extinguir direitos e obrigações.

Art. 185 do Código Civil: "Aos atos jurídicos lícitos, que não sejam negócios jurídicos, aplicam-se, no que couber, as disposições do Título anterior."

5. Qual a diferença entre ato jurídico e negócio jurídico?

O ato jurídico tem efeitos definidos pela lei, sem que as partes possam alterá-los. No negócio jurídico, as partes têm liberdade para definir os efeitos, desde que dentro dos limites legais.

Exemplo: O pagamento de uma dívida é um ato jurídico que extingue automaticamente a obrigação, enquanto um contrato de compra e venda é um negócio jurídico, no qual as partes definem o valor e as condições da transação.

6. O que são negócios jurídicos?

Negócios jurídicos são manifestações de vontade destinadas a produzir efeitos no mundo jurídico, com liberdade para as partes ajustarem os efeitos, respeitando os limites legais.

Art. 104 do Código Civil: "A validade do negócio jurídico requer:



I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei."

7. Quais são os requisitos de validade de um negócio jurídico?

Os requisitos de validade de um negócio jurídico são: agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.

Art. 104 do Código Civil: *"A validade do negócio jurídico requer:*

I - agente capaz;

II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III - forma prescrita ou não defesa em lei."

8. O que é uma condição suspensiva?

A condição suspensiva é uma cláusula que subordina a eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e incerto. Enquanto a condição não se realiza, o direito não se adquire.

Art. 121 do Código Civil: *"Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto."*

Art. 123 do Código Civil: *"Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados:*

I - as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;

II - as condições ilícitas, ou de fazer coisa ilícita;

III - as condições incompreensíveis ou contraditórias."

9. O que é uma condição resolutiva?

A condição resolutiva faz com que o negócio jurídico cesse seus efeitos assim que o evento futuro e incerto ocorrer.



Art. 127 do Código Civil: "Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido."

10. O que é um termo no negócio jurídico?

O termo é um evento futuro e certo que define o início ou o fim da eficácia de um negócio jurídico. Pode ser inicial (quando começa a produzir efeitos) ou final (quando cessa os efeitos).

Art. 131 do Código Civil: "O termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito."

Art. 132 do Código Civil: "Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento."

§ 1º - Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

§ 2º - Meado considera-se, em qualquer mês, o seu décimo quinto dia.

§ 3º - Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

§ 4º - Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto."

11. O que é um encargo no negócio jurídico?

O encargo é uma obrigação imposta ao beneficiário de um negócio jurídico, especialmente em negócios gratuitos. Ele não impede a aquisição do direito, salvo se imposto como condição suspensiva.

Art. 136 do Código Civil: "O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva."

12. Qual é a diferença entre erro e dolo?

O erro é um engano sobre um elemento essencial do negócio jurídico. O dolo é a fraude, quando uma parte induz a outra ao erro de forma intencional.



Art. 138 do Código Civil: "São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio."

Art. 145 do Código Civil: "São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa."

13. O que caracteriza a coação em um negócio jurídico?

A coação ocorre quando uma das partes é forçada a praticar um ato jurídico mediante ameaça ou violência, viciando sua manifestação de vontade.

Art. 151 do Código Civil: "A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens."

14. O que é a força obrigatória dos negócios jurídicos?

A força obrigatória dos negócios jurídicos decorre do princípio "pacta sunt servanda", que determina que os contratos e acordos devem ser cumpridos conforme o estabelecido.

Art. 422 do Código Civil: "Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé."

15. O que é reserva mental?

Reserva mental é a situação em que uma pessoa manifesta uma vontade falsa, sem intenção de cumpri-la. O negócio jurídico será válido, a menos que o destinatário saiba dessa reserva.

Art. 110 do Código Civil: "A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento."

16. O que é a teoria da imprevisão?

A teoria da imprevisão permite a revisão ou rescisão de um contrato quando um evento extraordinário e imprevisível torna o cumprimento excessivamente oneroso para uma das partes.



Art. 478 do Código Civil: "Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação."

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Em relação a negócios jurídicos, assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil.

- A) Nas declarações de vontade, se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- B) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- C) O dolo, para anular o negócio jurídico por vício de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens.
- D) É anulável o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.

2.(INSTITUTO AOCP/2024/TRF 2ª REGIÃO/Analista Judiciário/Área Judiciária) Em relação ao disposto no Código Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
 - () O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.
 - () É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
 - () O estado de perigo resta configurado quando uma pessoa, sob premente necessidade, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- A) V – F – V – F.
 - B) V – V – F – F.
 - C) V – F – F – V.
 - D) F – F – V – V.
 - E) F – V – F – F.



3.(INSTITUTO AOCP/2023/MPE RR/Promotor de Justiça Substituto) A manifestação de vontade da pessoa natural é pressuposto para existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Em assim sendo,

- A) para a validade do negócio jurídico, o Código Civil de 2002 exige que a manifestação de vontade seja realizada por pessoa plenamente capaz.
- B) o silêncio será interpretado como manifestação de vontade quando a pessoa for plenamente capaz.
- C) para a validade do ato jurídico, o menor, a partir dos 16 anos de idade, deverá manifestar a sua vontade assistido por seu representante legal.
- D) a manifestação de vontade da pessoa há de ser interpretada com ênfase maior à intenção nela consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.

4.(Instituto AOCP/2022/AGESAN RS/Advogado Júnior) Em relação ao negócio jurídico previsto no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveitada aos cointeressados capazes, ainda que indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) Nas declarações de vontade, atender-se-á mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- C) As partes não podem pactuar regras de interpretação ou de preenchimento de lacunas dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- D) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for confirmado pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio.
- E) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

5.(INSTITUTO AOCP/2022/MPE MS/Promotor de Justiça Substituto) Análise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. O erro quanto ao motivo do negócio não o vicia, exceto se a falsa razão for expressa como determinante de sua realização.
- II. O dolo gera a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- III. A condição suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição do direito e, via de consequência, o seu exercício, razão pela qual o titular do direito eventual não poderá praticar os atos destinados a conservá-lo enquanto pendente a condição.



IV. O negócio jurídico realizado sob coação praticada por terceiro é anulável, sendo irrelevante que a parte que se beneficia tenha conhecimento dela.

V. A nulidade do testamento convalida-se caso não arguida em 5 (cinco) anos, contados da data do seu registro.

A) Apenas II, III e IV estão corretas.

B) Apenas I, III e V estão corretas.

C) Apenas II, IV e V estão corretas.

D) Apenas I e III estão corretas.

E) Apenas I e V estão corretas.

6.(Instituto AOCP/2024Fundação de Saúde de São Leopoldo/Advogado) A respeito do Negócio Jurídico e suas disposições do Código Civil, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial, exceto quando a lei expressamente a dispensar.

() No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.

() Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquelas novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

() Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia não interpretam-se estritamente.

() Considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico.

A) V – F – F – V – F.

B) F – V – V – F – V.

C) F – F – V – F – F.

D) V – V – F – F – V.

E) F – F – V – V – V.

7.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD)/Advogado) A respeito das pessoas jurídicas, dos bens e do negócio jurídico, conforme legislação civil em vigor, julgue o seguinte item.

Quanto ao negócio jurídico, a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, ainda que seja indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.



8.(Instituto AOCP/2024/Prefeitura de Uberaba/Analista de Direito) Nos termos do Código Civil, acerca de prescrição, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entre os cônjuges, a constância da sociedade conjugal impede a fluência do prazo prescricional.
- B) Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão de reparação civil.
- C) O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual, interrompe a prescrição.
- D) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita e só valerá sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

9.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) Acerca de prescrição e decadência, obrigações, contratos e direito de família, com base no que dispõe o Código Civil em vigor, julgue o seguinte item.

A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros. Semelhantemente, a interrupção operada contra o codevedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.

Gabarito



- 1. A
- 2. B
- 3. D
- 4. E
- 5. E
- 6. B
- 7. Errado
- 8. B
- 9. Errado

Bibliografia

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral do direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.



BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em 07/07/2024.

COELHO, Fabio Ulhoa - Curso de Direito Civil Parte Geral - Vol. 1. 8a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Editora Forense, 13 edição, Rio de Janeiro, RJ, 1998.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. E-book.

RODRIGUES, Silvio. Direito Civil. Editora Saraiva, 27. edição, São Paulo, SP, 1997.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. E-book.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.